

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	14
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	43

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	47
Motivos de Reapresentação	48

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	672.970.705
Preferenciais	0
Total	672.970.705
Em Tesouraria	
Ordinárias	55.646
Preferenciais	0
Total	55.646

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	01/02/2012	Juros sobre Capital Próprio	10/02/2012	Ordinária		0,06323

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	24.136.479	28.897.604
1.01	Ativo Circulante	23.640.682	28.426.783
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	165.704	172.081
1.01.01.01	Recursos em bancos e em caixa	5.886	22.391
1.01.01.02	Depósitos bancários de curto prazo	159.818	149.690
1.01.03	Contas a Receber	23.463.541	28.249.239
1.01.03.01	Clientes	109.119	115.887
1.01.03.01.01	Aluguel de equipamentos	76.737	90.752
1.01.03.01.02	Transações com cartões de crédito e debito contestadas, a receber de estabelecimentos	16.801	14.977
1.01.03.01.03	Mastercard Brasil soluções de pagamento Ltda.	12.311	7.125
1.01.03.01.04	Serviços prestados aos bancos emissores e parceiros	9.407	7.684
1.01.03.01.05	Outros serviços prestados a estabelecimentos	5.570	8.534
1.01.03.01.06	Provisão para impairment	-11.707	-13.185
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	23.354.422	28.133.352
1.01.03.02.01	Bancos Emissores	23.354.422	28.133.352
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.264	3.208
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.173	2.255
1.01.08.03	Outros	3.173	2.255
1.01.08.03.01	Adiantamento a terceiros e funcionários	3.173	2.255
1.02	Ativo Não Circulante	495.797	470.821
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	80.798	91.871
1.02.01.06	Tributos Diferidos	66.601	78.404
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	66.601	78.404
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.197	13.467
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	14.197	13.467
1.02.03	Imobilizado	334.514	294.589
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	324.787	283.161
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	892.768	818.556
1.02.03.01.02	Depreciação	-567.981	-535.395
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	5.471	7.258
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.256	4.170
1.02.04	Intangível	80.485	84.361
1.02.04.01	Intangíveis	80.485	84.361
1.02.04.01.02	Intangível	118.666	117.073
1.02.04.01.03	Amortização	-38.181	-32.712

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	24.136.479	28.897.604
2.01	Passivo Circulante	22.141.172	27.286.167
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.732	47.914
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	26.732	47.914
2.01.01.02.01	Encargos Sociais a Pagar	2.644	2.554
2.01.01.02.02	FGTS a recolher	405	724
2.01.01.02.03	Contribuição Sindical a Recolher	196	4
2.01.01.02.04	Provisão para Férias	11.336	12.741
2.01.01.02.05	Participação nos resultados	10.040	31.891
2.01.01.02.06	Provisão para 13 Terceiros	2.111	0
2.01.02	Fornecedores	52.315	50.748
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	52.315	50.748
2.01.03	Obrigações Fiscais	197.916	236.973
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	195.502	233.300
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	171.842	196.890
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	23.660	36.410
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.414	3.673
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	186.980	2.375.851
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	186.980	2.375.851
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	186.980	2.375.851
2.01.05	Outras Obrigações	21.677.229	24.574.681
2.01.05.02	Outros	21.677.229	24.574.681
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	36.729
2.01.05.02.04	Contas a pagar estabelecimentos	21.471.122	24.313.214
2.01.05.02.05	Valores a repassar as bandeiras	44.848	49.444
2.01.05.02.06	Valores a repassar aos bancos domiciliadores	27.116	40.504
2.01.05.02.07	Outros contas a pagar	134.143	134.790
2.02	Passivo Não Circulante	31.555	30.122
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	320	367
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	320	367
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	320	367
2.02.04	Provisões	31.235	29.755
2.02.04.02	Outras Provisões	31.235	29.755
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	31.235	29.755
2.03	Patrimônio Líquido	1.963.752	1.581.315
2.03.01	Capital Social Realizado	568.261	568.261
2.03.04	Reservas de Lucros	1.014.318	1.013.054
2.03.04.01	Reserva Legal	113.652	113.652
2.03.04.02	Reserva Estatutária	150.106	150.611
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	744.553	744.553
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-1.650	-2.525
2.03.04.10	Ajustes de avaliação patrimonial - Plano de opções de ações	7.657	6.763
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	381.173	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	727.828	616.234
3.01.01	Crédito	352.397	317.120
3.01.02	Debito	130.432	105.852
3.01.03	Aluguel de Equipamentos	199.219	155.051
3.01.04	Outros	45.780	38.211
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-192.968	-197.756
3.02.01	Captura e processamento	-68.682	-60.903
3.02.02	Credenciamento e atendimento ao cliente	-81.524	-97.338
3.02.03	Depreciação e amortização	-42.762	-39.515
3.03	Resultado Bruto	534.860	418.478
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-132.559	-140.601
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-113.906	-131.327
3.04.02.01	Pessoal	-61.087	-65.277
3.04.02.02	Administrativas	-39.454	-41.543
3.04.02.03	Marketing	-6.204	-12.707
3.04.02.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-7.161	-11.800
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18.653	-9.274
3.04.05.01	Incentivos Fiscais	-3.550	-3.769
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-2.867	-2.318
3.04.05.03	Parcerias com bancos domiciliadores	-6.021	-4.301
3.04.05.05	Outras receitas	-6.215	1.114
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	402.301	277.877
3.06	Resultado Financeiro	171.911	145.599
3.06.01	Receitas Financeiras	230.660	244.694
3.06.01.01	Antecipação de Recebíveis	224.403	240.482
3.06.01.02	Juros sobre Aplicação Financeiras	6.257	4.212
3.06.02	Despesas Financeiras	-58.749	-99.095
3.06.02.01	Descontos Concedidos	-22.580	-56.862
3.06.02.02	Juros sobre Empréstimos	-40.597	-26.897
3.06.02.03	Outras Despesas Financeiras	-2.038	-15.336
3.06.02.04	Outras Receitas Financeiras	6.466	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	574.212	423.476
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-193.039	-142.210
3.08.01	Corrente	-181.236	-145.988
3.08.02	Diferido	-11.803	3.778
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	381.173	281.266
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	381.173	281.266
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,56640	0,41810
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,56630	0,41810

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	381.173	281.266
4.03	Resultado Abrangente do Período	381.173	281.266

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.363.283	-148.642
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	665.783	492.777
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	574.212	423.476
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	45.629	41.834
6.01.01.03	Resultado na Venda do Imobilizado	1.817	0
6.01.01.04	Plano de Opção de ações	894	769
6.01.01.05	Juros sobre Notas Promissórias	29.298	21.612
6.01.01.06	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	13.563	5.086
6.01.01.07	Juros sobre Arrendamento Financeiro	370	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.903.783	-489.415
6.01.02.01	Contas a Receber de Bancos Emissores e Outras Contas a Receber	4.785.698	1.268.919
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-730	70
6.01.02.03	Despesas Antecipadas e Adiantamentos	-5.974	-504
6.01.02.04	Contas a Pagar Estabelecimentos	-2.842.092	-1.753.185
6.01.02.05	Valores a Repassar às Bandeiras	-4.596	-5.329
6.01.02.06	Valores a Repassar aos Bancos Domiciliadores	-13.388	-2.096
6.01.02.07	Fornecedores	3.357	11.332
6.01.02.08	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-21.182	-14.649
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	15.219	15.459
6.01.02.10	Tributos a Pagar	-14.009	-9.977
6.01.02.11	Provisões para Contingências	1.480	545
6.01.03	Outros	-206.283	-152.004
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	-206.283	-152.004
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-99.361	-72.625
6.02.02	Recursos provenientes da alienação de imobilizado e intangível	15	0
6.02.03	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-99.376	-72.625
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.270.299	1.572.088
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos	-19.111	-5.591
6.03.02	Notas Promissórias	-2.212.669	1.600.239
6.03.03	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-36.729	-22.560
6.03.04	Ações em Tesouraria - Recompra	-1.247	0
6.03.05	Ações em Tesouraria - Venda	1.617	0
6.03.06	Pagamento fornecedores - Arrendamento Financeiro	-2.160	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.377	1.350.821
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	172.081	152.609
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	165.704	1.503.430

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	568.261	0	1.013.054	0	0	1.581.315
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	568.261	0	1.013.054	0	0	1.581.315
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.264	0	0	1.264
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	894	0	0	894
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	370	0	0	370
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	381.173	0	381.173
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	381.173	0	381.173
5.07	Saldos Finais	568.261	0	1.014.318	381.173	0	1.963.752

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	568.261	0	832.304	0	0	1.400.565
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	568.261	0	832.304	0	0	1.400.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	769	0	0	769
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	769	0	0	769
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	267.203	0	267.203
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	267.203	0	267.203
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.063	0	0	14.063
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.063	0	0	14.063
5.07	Saldos Finais	568.261	0	847.136	267.203	0	1.682.600

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	781.471	656.059
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	788.617	667.859
7.01.02	Outras Receitas	15	0
7.01.02.01	Alienação de Imobilizado e Investimento	15	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.161	-11.800
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-208.653	-216.554
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-150.206	-158.241
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-58.447	-58.313
7.03	Valor Adicionado Bruto	572.818	439.505
7.04	Retenções	-45.629	-41.834
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-45.629	-41.834
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	527.189	397.671
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	171.911	145.599
7.06.02	Receitas Financeiras	171.911	145.599
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	699.100	543.270
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	699.100	543.270
7.08.01	Pessoal	52.568	55.509
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.591	39.551
7.08.01.02	Benefícios	7.010	13.031
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.967	2.927
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	262.670	203.812
7.08.02.01	Federais	256.361	197.820
7.08.02.03	Municipais	6.309	5.992
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.689	2.683
7.08.03.02	Aluguéis	2.689	2.683
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	381.173	281.266
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	381.173	281.266

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Informações Trimestrais da Redecard S.A. relativas a 31 de março de 2012, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC, aprovados pela CVM, e com as normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards” – IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standard Board” – IASB, as interpretações do Comitê de Pronunciamentos das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee” – IFRIC), acompanhados do relatório de revisão limitada dos Auditores Independentes.

AMBIENTE ECONÔMICO

O PIB brasileiro apresentou crescimento estimado de 0,5% no 1T12. Apesar do menor ritmo de crescimento, dados do IBGE apontam que a taxa de desemprego no país finalizou o mês de fevereiro de 2012 em 5,7%.

O Banco Central brasileiro iniciou um ciclo de flexibilização da política monetária no segundo semestre de 2011 e já sinalizou que pretende reduzir a taxa Selic para 9% ainda na primeira metade de 2012. A expectativa é de que o PIB brasileiro cresça cerca de 3% neste ano, acelerando especialmente no 2º semestre, quando os efeitos do corte de juros já deverão ser sentidos na economia real. Outros fatores favoráveis ao crescimento serão o reajuste de 7,5% concedido ao salário-mínimo no início do ano e a aceleração de gastos públicos. A combinação destes fatores contribuiu para perspectiva de crescimento das vendas do comércio varejista entre 6% e 7% no ano, sem a contrapartida, no entanto, de evolução na concessão de crédito (que deverá crescer menos do que nos anos anteriores, devido ao elevado endividamento das famílias e ao aumento da inadimplência). Para a indústria, as expectativas são menos favoráveis, com previsão de um ritmo mais modesto de crescimento.

PANORAMA SETORIAL

Desde a abertura do mercado de meios eletrônicos de pagamentos, que estabeleceu um novo ambiente concorrencial, verifica-se uma maior participação de novas empresas no setor, com a entrada de novas credenciadoras e a ampliação do portfólio das empresas já existentes. A ABECS (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços) estima crescimento de 20% no volume de faturamento para o setor no ano de 2012.

Dados preliminares da ABECS apontam que em março de 2012 a quantidade de cartões emitidos no país, somados os de funções de crédito, de débito e os de loja e rede, atingiram 703 milhões de unidades, representando crescimento aproximado de 9% em comparação a março de 2011. As projeções da ABECS indicam que o setor movimentou R\$ 175,4 bilhões no 1T12, crescimento de 21% em relação ao mesmo período do ano anterior.

EVENTO SOCIETÁRIO

Em 07 de fevereiro, a Companhia publicou Fato Relevante sobre a intenção de seu controlador Itaú Unibanco Holding S.A de realizar a aquisição das ações dos acionistas não controladores, por meio de oferta pública unificada para fins de cancelamento do registro de companhia aberta da Redecard ao preço de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por ação. Em 29 de fevereiro ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou a escolha da empresa especializada N M Rothschild & Sons (Brasil) Limitada para elaboração do Laudo de Avaliação das ações da Companhia à Valor Econômico.

A Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, no dia 26 de março, informando que tornaria público o Laudo de Avaliação, e que foram contratadas as empresas BR Partners Assessoria Financeira Ltda. e Citigroup Global Markets Inc. para emissão de *fairness opinion* ao Conselho de Administração da Companhia.

Como eventos subseqüentes, em 05 de abril, o Laudo de Avaliação foi divulgado ao mercado, e apresentou uma faixa de preço de R\$ 34,18 (trinta e quatro reais e dezoito centavos) a R\$ 37,59 (trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos). O Laudo está disponível nos sites www.redecard.com.br/ri e www.cvm.gov.br.

No dia 12 de abril o Itaú Unibanco divulgou Fato Relevante em que confirma que o preço a ser pago no âmbito da oferta pública será de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por ação e descreve como condicionante para a conclusão da oferta a (i)

Comentário do Desempenho

aceitação ou (ii) concordância expressa com o cancelamento do registro por mais de 2/3 das ações em circulação. Caso tal aceitação mínima não seja obtida no Leilão, a OPA não será concluída, situação em que Redecard permanecerá registrada perante a CVM como companhia aberta e sujeita às práticas diferenciadas de governança corporativa exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado. O Fato Relevante está disponível nos sites www.cvm.gov.br e www.itauri.com.br.

A minuta do Edital pelo Itau Unibanco Holding S.A que está sendo analisada pela CVM encontra-se disponível no site www.cvm.gov.br.

DESEMPENHO DA COMPANHIA

No primeiro trimestre de 2012, as diretrizes de Foco no Cliente e Eficiência Operacional continuaram a ser catalisadoras de importantes iniciativas na Redecard.

No contexto de revisão de processos internos e da cadeia de suprimentos, foi intensificada a utilização dos canais bancários para novos credenciamentos, e implantado o Novo Modelo de Atendimento, com centralização e processos de atendimento diferenciados nos canais telefônicos e e-mail. Esforços continuam direcionados para aprimorar a operação de logística de terminais, visando à otimização deste processo.

A Redecard divulgou que pretende investir aproximadamente R\$ 500 milhões em 2012, sendo a maior parte deste valor destinado ao aumento da base instalada de equipamentos de captura e adoção de novas tecnologias.

Em 01 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração elegeu Fabio Herszkowicz Diretor Executivo da Companhia.

No dia 06 de fevereiro, foi divulgado Comunicado ao Mercado sobre informação recebida de Lazard Asset Management LLC referente a redução de sua participação acionária para 9,83% do capital da Companhia.

Em 27 de março, a Companhia comunicou ao mercado a 1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, com valor total de R\$ 1.500.000.000,00, em três séries. As Debêntures vencerão em 02 de abril de 2017 e estão sujeitas à repactuação. As Debêntures substituem parte das Notas Promissórias emitidas em 2011 e que venceram no início de 2012, e estes recursos serão destinados ao capital de giro.

Resultado Operacional

A Redecard capturou R\$ 57,7 bilhões em transações com cartões de crédito e débito no 1T12, representando aumento de 11,8% sobre o registrado no mesmo período de 2011.

A Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 727,8 milhões, representando crescimento de 18,1% sobre o 1T11. O menor ritmo de crescimento no volume de transações observado no período foi parcialmente compensado pela resiliência nas taxas de desconto praticadas junto aos estabelecimentos.

Os custos dos serviços prestados atingiram R\$ 193,0 milhões no 1T12, em linha com o 1T11.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 132,6 milhões, representando redução de R\$ 8,0 milhões ou 5,7% em relação ao 1T11 devido a (i) menor gasto com mídia e ações de trade marketing (ii) menor quadro de funcionários parcialmente compensados por maiores despesas administrativas.

Com isso, a Companhia apresentou Lucro Líquido de R\$ 381,2 milhões no 1T12, o que representou crescimento de 35,5% em relação ao 1T11. A margem líquida foi de 52,4% no 1T12, comparada a 45,6% no mesmo período de 2011.

INVESTIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS

INCENTIVO À CULTURA, ESPORTE E À AÇÃO SOCIAL

A Redecard valoriza as manifestações culturais, esportivas e sociais do país. No 1T12, a Companhia investiu R\$ 2,1 milhões por meio de leis de incentivo ao desenvolvimento da cultura, com destaque para o patrocínio da 2ª edição do festival de música e cinema brasileiro "Verão Rio" e o apoio a "30ª Bienal de São Paulo", maior exposição de arte do Brasil.

Comentário do Desempenho

O esporte recebeu investimentos da Redecard através da Lei Federal de Incentivo ao Esporte, num total de R\$ 650 mil, com destaque ao projeto "Mundial de Futevôlei 2012" em Copacabana, Rio de Janeiro.

Adicionalmente, a Companhia investiu R\$ 800 mil em projetos sociais incentivados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entre as associações que contaram com o apoio da Companhia, destaca-se a Associação de Assistência a Criança Deficiente (AACD) e a Associação Obra do Berço, com o projeto social "Empreendedor do Futuro", alinhado aos objetivos do Instituto Redecard.

INSTITUTO REDECARD

O Instituto Redecard iniciou 2012 lançando a oportunidade de voluntariado no Programa Aceleradora de Impacto, da Artemisia Negócios Sociais. Desde fevereiro, voluntários da Redecard apóiam empreendedores de negócios inovadores e de alto potencial de impacto social. A iniciativa, que terá duração de quatro meses, envolve uma consultoria aos negócios sociais para a estruturação de políticas e estratégias comerciais, distribuição de produtos, precificação, formação de equipes, entre outros.

Em março, o Instituto também firmou uma nova parceria com a ONG Visão Mundial para implementação e distribuição do Programa Empreendedorismo Social. A metodologia, com foco no fortalecimento de ONGs e ênfase na mobilização de recursos, deve alcançar cerca de 30 organizações da rede da Visão Mundial em Fortaleza.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

IR Magazine Awards

A Redecard foi nomeada, pela primeira vez, ao prêmio de "Best Investor Relations by a Latin American Company in the US Market", do IR Magazine's US Awards 2012, a premiação mais reconhecida internacionalmente em Relações com Investidores (RI). Nessa categoria, que reconhece a atuação da área de Relações com Investidores de empresas latino-americanas no mercado de capitais norte-americano, a Redecard concorreu com outras três companhias, também brasileiras, em um universo de mais de mil empresas de capital aberto na América Latina.

AUDITORIA INDEPENDENTE

Durante o 1T12 a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. A Companhia adota como política atender à regulamentação que define as restrições de serviços a serem prestados pelos auditores independentes à mesma Companhia aberta.

No trimestre findo em 31 de março de 2012 foram prestados, pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, somente serviços relacionados à auditoria externa.

CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o empenho de nossos funcionários e a confiança de nossos clientes e acionistas.

Data 18/04/2012

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A REDECARD S.A. (Companhia), empresa controlada pelo Itaú Unibanco Holding S.A., possui sede na Avenida Marcos Penteados de Ulhoa Rodrigues nº 939, loja 1 – 12º ao 14º andar, Tamboré, município de Barueri no Estado de São Paulo. Iniciou suas operações em 1º de novembro de 1996, registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 11 de julho de 2007, tendo como objeto principal a operação de aquisição das transações com os cartões de crédito das bandeiras MasterCard®, MasterCard Electronic® e Diners Club International®, e com os cartões de débito das bandeiras MasterCard Maestro® e Redeshop. A partir de 1º de julho de 2010, a Redecard, passou a atuar como um membro Visa e iniciou a captura dessa bandeira na modalidade de débito e crédito. Em 12 de maio de 2010, a Redecard fechou acordo operacional com o Hipercard Banco Múltiplo S.A., e em 08 de setembro de 2010, passou a capturar a bandeira Hipercard. Atualmente, a Redecard possui em seu portfólio 13 bandeiras de cartões de crédito e débito e 10 de cartões de benefícios (*vouchers*) e 2 bandeiras de cartões de crédito, débito e benefícios.

Com o objetivo de manter-se como uma das líderes da indústria, a Redecard firmou parcerias com a Caixa Econômica Federal, Banco Triângulo S.A., Banco Cooperativo do Brasil S.A., Banco Safra S.A., Ipiranga S.A., Banco Mercantil do Brasil S.A., Sorocred Meios de Pagamentos Ltda., Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo e Multiplus S.A., unindo esforços, competências, recursos e *know-how*, para o desenvolvimento do modelo de negócio que consiste em crescimento e manutenção da base de estabelecimentos credenciados ao sistema Redecard.

O modelo de negócio de aquisição da Redecard compreende o credenciamento de estabelecimentos e prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento, bem como a captura, o processamento e liquidação financeira das transações com os cartões de crédito e de débito das bandeiras mencionadas.

Além de processar as operações de crédito e débito, a Redecard oferece uma variedade de produtos e serviços a seus clientes. Entre eles estão o serviço de consulta de cheques e a captura e transmissão de transações com cartões de benefícios (*voucher*) ou de lojas (*private label*). A Redecard oferece também a possibilidade do Recebimento Antecipado de Vendas (RAV) para os estabelecimentos.

As operações da Redecard incluem os seguintes tipos de serviços:

- a. Cartões de crédito e débito: captura, transmissão, processamento e liquidação de transações comerciais e financeiras dos cartões com as bandeiras mencionadas. Pela prestação desses serviços, a Redecard cobra dos estabelecimentos uma taxa de desconto, que tem por objetivo: (i) remunerar a bandeira e o emissor dos cartões de crédito e débito mediante repasse de uma taxa pela sua prestação de serviços; e (ii) remunerar os serviços prestados pela Redecard.
- b. Pré-pagamento das transações com cartões de crédito mediante solicitações dos estabelecimentos e somente sobre as transações já capturadas e processadas.
- c. Locação dos equipamentos *Point of Sale* (POS, POO, Pin Pad), de propriedade da Redecard e utilizados pelos estabelecimentos para a captura eletrônica das suas transações.
- d. Serviços prestados para empresas parceiras mediante captura, roteamento e transmissão de transações realizadas com cartões de benefício (*voucher*), tais como alimentação, refeição, combustível, entre outros, além dos cartões *private label*. As receitas da Redecard são constituídas de tarifas cobradas de emissores dos cartões de benefícios e dos cartões *private label*.
- e. Prestação de serviço aos estabelecimentos de consultas de cheques recebidos dos seus clientes utilizando-se dos equipamentos alugados da Companhia. A receita da Redecard é constituída de tarifas cobradas diretamente dos estabelecimentos.

Conforme divulgado em Fato Relevante de 7 de fevereiro de 2012, o Itaú Unibanco Holding S.A, na qualidade de acionista controlador da Companhia, manifestou - mediante comunicação ao Conselho de Administração da Redecard - a intenção

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de realizar, diretamente ou por meio de suas controladas, aquisição das ações dos acionistas não controladores da Companhia, por meio de oferta pública unificada ("OPA") para fins de cancelamento do registro de companhia aberta da Redecard e saída do "Novo Mercado" da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, nos termos do parágrafo 4º do artigo 4º da Lei nº 6.404/76, Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 361/02 e Seções X e XI do Regulamento do Novo Mercado. A OPA será destinada a 336.390.251 ações ordinárias de emissão da Redecard, representativas de 49,9859% do seu capital social. A realização da OPA ficará sujeita à aprovação dos órgãos reguladores e os demais termos e condições da oferta constam na minuta do Edital disponível no site da CVM, sendo que a última versão foi protocolada no dia 27 de março de 2012.

A emissão destas informações trimestrais da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2012.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os trimestres apresentados.

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As informações trimestrais também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das informações trimestrais, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional é a diretoria executiva.

2.3 Conversão em moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b. Transações e saldos

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das ITR's e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado. Basicamente, esses saldos são originados em transações realizadas nos estabelecimentos com cartões de crédito e de débito emitidos por instituições no exterior, licenciadas pelas bandeiras.

2.4 Ativos e passivos financeiros

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis, representados por contas a receber de bancos emissores, outras contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros, representados principalmente por contas a pagar a estabelecimentos, empréstimos e financiamentos, não são classificados ao valor justo por meio do resultado, uma vez que não são assim designados ou mantidos para negociação.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e contas garantidas.

b. Contas a receber de bancos emissores

Contas a receber de bancos emissores são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito emitidos por instituições financeiras licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de bancos emissores está líquido das taxas de intercâmbio cobradas pelos próprios bancos emissores e das antecipações realizadas junto a essas mesmas instituições financeiras.

c. Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como passivos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos estabelecimentos credenciados pertencentes ao sistema Redecard.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está deduzido das taxas cobradas pela Companhia, bandeiras e bancos emissores, bem como dos pré-pagamentos solicitados pelos estabelecimentos junto a Redecard.

d. Outras contas a receber

Referem-se, basicamente, a: (i) valores a receber de clientes parceiros pelos serviços prestados mediante captura, roteamento e transmissão de transações realizadas com cartões de benefício (*voucher*), tais como alimentação, refeição, combustível, entre outros, além dos cartões *private label*, normalmente emitidos por sociedades financeiras; (ii) valores a receber dos estabelecimentos credenciados referentes a: a) locação dos equipamentos de captura eletrônica de transações; b) transações com cartão de crédito e de débito contestadas pelos emissores; e c) pela prestação de serviços de consultas de cheques por meio dos equipamentos alugados pela Companhia.

e. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias

Inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Os imobilizados adquiridos nos arrendamentos financeiros são depreciados de acordo com a vigência do contrato, enquanto as respectivas obrigações estão classificadas no grupo de Fornecedores.

g. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Empréstimos e recebíveis são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, com o método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para devedores duvidosos (*impairment*), conforme aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido significativamente transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

A Companhia não possui ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

Contas a pagar a estabelecimentos são inicialmente reconhecidas a valor justo e subsequentemente mensurados a custo amortizado.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, acrescidos dos encargos contratuais. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

h. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento;
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

(i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A provisão para *impairment* de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas análises de riscos de realização dos créditos a receber, inadimplência e inatividade de estabelecimentos, e está demonstrada em montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas. Inadimplência e inatividade definida para compor o valor em risco contemplam todos os valores vencidos há mais de dois ciclos de cobrança, que variam entre 60 a 61 dias.

2.5 Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, representadas principalmente por contratos de manutenção de software, apropriadas à demonstração do resultado com base no prazo contratual.

2.6 Imobilizado

O ativo imobilizado está apresentado pelo custo de aquisição deduzida a depreciação. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Os gastos decorrentes da reposição de um componente de um item do imobilizado são capitalizados somente quando representam alterações na vida útil, enquanto os demais gastos dessa natureza são registrados diretamente no resultado. A obsolescência tecnológica é o principal fator para a determinação da vida útil.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado.

2.7 Intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesas, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.8 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.9 Participação nos lucros

A provisão que contempla o programa de participação dos empregados nos resultados é contabilizada conforme o regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social, do período corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL. A provisão desses tributos está apresentada na rubrica "Imposto de renda e contribuição social a recolher". Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o art.1º da Instrução CVM nº 371 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, sendo apresentadas na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". As informações do período encerrado em 31 de março de 2012 foram elaboradas considerando as regras do Regime Tributário de Transição (RTT), que nesse momento, não resultaram em quaisquer efeitos tributários.

2.11 Benefícios a empregados – obrigações de aposentadoria

O Plano de Previdência Redecard na modalidade Contribuição Definida – CD permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal e, adicionalmente, a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, limitado a 9% dos seus rendimentos, contabilizada no resultado pelo regime de competência no grupo "despesas com pessoal".

A Companhia responde por 100% do custo do plano de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de benefício definido (Plano de Aposentadoria). Adicionalmente, participa com 50% das contribuições feitas pelos empregados que optarem pelo plano de benefícios previdenciários na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria Suplementar).

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em avaliação de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As tábuas de mortalidade (AT-2000) são utilizadas nas avaliações periódicas dos planos de previdência para projetar a evolução da população ao longo do tempo. A construção de tábuas de mortalidade, por sua vez, costuma ter por base a experiência de grandes grupos ao longo de um período razoável, usualmente em torno de 5 anos.

2.12 Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos planos de remuneração com base em opções de compra de ações. Os planos de remuneração reconhecem essa remuneração como contraprestação dos serviços prestados por esses executivos. A deliberação CVM nº 562 aprovou e tornou obrigatório o CPC 10 – "Pagamentos baseados em Ações", que trata dos procedimentos para reconhecimento e divulgação das transações com pagamentos baseados em ações.

2.13 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme o capítulo VI, art. 29, letra b do Estatuto Social, os dividendos estatutários mínimos obrigatórios correspondem a 40% (quarenta por cento) do lucro líquido do exercício, na forma prevista pelo art. 202, da Lei de Sociedades por Ações.

Os juros sobre capital próprio (JCP) pagos ou creditados aos acionistas, para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, são classificados diretamente à conta de Lucros Acumulados, rubrica "Juros sobre capital próprio" e o benefício fiscal reconhecido no resultado do exercício.

2.14 Apuração do resultado

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receita operacional

É calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber, apurada conforme o regime de competência e apresentada líquida dos impostos incidentes sobre os serviços, dos cancelamentos e abatimentos, de acordo com o CPC 30 e deliberação CVM nº 597. As receitas estão assim apresentadas:

a. Receitas decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento das transações com cartões de pagamentos

- Transações com cartões de crédito e cartões de débito:

Decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e cartões de débito e são apropriadas ao resultado da Companhia, líquidas das taxas repassadas aos bancos emissores e às bandeiras, na data da captura e processamento das transações.

- Outros serviços de processamento:

Decorrentes dos serviços prestados para as empresas parceiras mediante captura, roteamento e transmissão de transações realizadas com cartões de benefícios (*voucher*), tais como alimentação, refeição, entre outros, além dos cartões *private label*. Também, são registrados nessa rubrica "Outros serviços", itens tais como a consulta de cheques recebidos dos seus clientes, utilizando-se dos equipamentos alugados da Companhia. Essas receitas são constituídas de tarifas cobradas e são reconhecidas no resultado na data da captura e processamento.

b. Receita de aluguel de equipamentos de captura

A Companhia recebe de sua rede de estabelecimentos credenciados aluguel pela disponibilização de equipamentos de captura. A receita por aluguel é reconhecida no resultado no mês de referência do aluguel.

Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são reconhecidos de acordo com o regime de competência. Os principais são relativos a: (i) rede de captura de transações e com as operadoras de telefonia; (ii) processamento de dados; (iii) serviços de atendimento telefônico aos estabelecimentos credenciados; (iv) manutenção dos equipamentos POS, POO e Pin Pad; (v) materiais utilizados pelos estabelecimentos na captura de transações; e (vi) credenciamento de novos estabelecimentos.

Receitas financeiras

As receitas financeiras referem-se a: (i) resultado apurado com pré-pagamento aos estabelecimentos credenciados, representado pela diferença entre o valor original devido aos estabelecimentos e o valor pré-pago, sendo reconhecidas no ato da liquidação financeira; e (ii) rendimentos sobre aplicações financeiras.

c. Demonstração do resultado abrangente

Refere-se a mutação no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos. Durante o período não houve tais mutações e o resultado abrangente apresenta-se igual ao resultado do trimestre.

2.15 Normas, alterações e interpretações das normas contábeis

(a) Novas normas e aprimoramentos aos CPCs/IFRS para aplicação em 2012

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigendo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas ITRs da Companhia.

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Normas, alterações e interpretações aos IFRS que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB, mas é aplicável apenas a partir de 1º de janeiro de 2013. A adoção antecipada dessa norma, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto relevante sobre a Companhia.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos períodos, estão contempladas a seguir:

a. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594 que aprovou e tornou obrigatório o Pronunciamento Técnico CPC 25 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". Tais valores decorrem de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e pela própria Companhia, mediante ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e por advogados internos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências são classificadas entre: (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

b. Ajuste a valor presente

A deliberação da CVM nº 564 aprovou e tornou obrigatório o Pronunciamento Técnico CPC 12 – "Ajuste a Valor Presente", que trata de ajuste a valor presente dos valores realizáveis e exigíveis a longo prazo e no curto prazo, se relevantes. Para as informações trimestrais encerradas em 31 de março de 2012, a Companhia registrou o efeito deste ajuste – relativamente ao período findo em 31 de março de 2012 - em suas "contas a receber de bancos emissores" e "contas a pagar a estabelecimentos" em contrapartida às despesas financeiras.

c. Depreciação do ativo permanente – Equipamentos de captura

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. "Equipamentos de captura" referem-se aos equipamentos denominados POS, POO e Pin Pad, alugados aos estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard, utilizados na captura das transações eletrônicas efetuadas com cartões de crédito, débito ou cartões benefício. A taxa de depreciação está baseada em relatório técnico emitido por órgão competente, o qual considerou para o cálculo e estipulação da vida útil do bem, os efeitos da obsolescência tecnológica, uso intensivo e a exposição dos equipamentos a fraude.

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e de controles de limites de exposição aos mesmos.

A gestão de risco é realizada pela diretoria de finanças, apoiada nas políticas da Companhia. Conta com um grupo de gerenciamento de riscos financeiros que toma decisões de forma colegiada. O Grupo de Avaliação e Acompanhamento de Ativos e Passivos Financeiros é responsável por acompanhar e avaliar as eventuais exposições a riscos cambiais, taxa de juros e liquidez. O colegiado é formado pelo diretor de finanças, superintendentes e gerentes das áreas de tesouraria e de controladoria da Companhia.

De acordo com Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração, aprovar previamente os limites para contratações de operações financeiras, incluindo instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não manteve durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e de 2011 quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos, sejam especulativos ou para fins de proteção (*hedge*).

a. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de empréstimos tomados indexados à variação da taxa de juros para os Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). A exposição sobre os instrumentos financeiros sujeitos a taxas de juros em 31 de março de 2012, resume-se aos contratos de capital de giro mantidos com instituições financeiras no Brasil, no montante de R\$ 187,0 milhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 192,5 milhões), pelo prazo médio de até 204 dias corridos. A taxa média ponderada das captações representa em 31 de março de 2012 aproximadamente 103,89% do CDI (31 de dezembro de 2011: 104,77% do CDI).

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, segundo avaliação efetuada pela Administração e considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações trimestrais, não foram identificados impactos materiais sobre os instrumentos financeiros sujeitos às variações em taxas de juros CDI, resultantes de análise de sensibilidade com base nos cenários estabelecidos por aquela instrução.

Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta a risco cambial, pois todos os seus empréstimos e financiamentos são denominados em reais. Há risco cambial não relevante sobre as transações com cartões de crédito emitidos no exterior e capturadas nos estabelecimentos credenciados no país. Os portadores efetuam compras no Brasil e essas são direcionadas para os bancos emissores no exterior, por intermédio das respectivas bandeiras.

Quando da obtenção da autorização, os sistemas das bandeiras fazem a conversão do valor da transação em reais para o dólar, utilizando um referencial de conversão baseado na taxa média de todos os negócios com dólares realizados naquela data no mercado interbancário de câmbio (PTAX) do dia anterior ao da realização da transação. A Companhia recebe o valor em dólar, em uma conta corrente bancária no exterior, no segundo dia útil da data da transação. Diariamente, a Companhia faz a venda do dólar que está disponível na sua conta corrente bancária no exterior. Portanto, o risco cambial é de dois dias sobre o valor dessas transações. Durante o período findo em 31 de março de 2012, o valor

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

das transações realizadas com cartões de crédito emitidos no exterior representou 0,90% (2011: 0,80%) do valor total das transações realizadas com cartões de crédito capturadas pela Companhia.

b. Risco de liquidez e gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas.

Conforme descrito na nota 1.b, a Companhia tem por prática realizar o pré-pagamento das transações com cartões de crédito, mediante solicitação dos estabelecimentos e com a aplicação de uma taxa de desconto sobre os respectivos fluxos futuros de pagamentos. Essas operações geram intrinsecamente descasamentos de curto prazo entre o contas a pagar a estabelecimentos e o contas a receber de bancos emissores.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional e estrangeira, são elaboradas projeções diárias dos principais componentes do ativo e passivo da Companhia, principalmente aqueles relacionados a contas a receber de Emissores e contas a pagar a Estabelecimentos, além do capital próprio, sendo tais exposições monitoradas diariamente pela tesouraria, minimizando quaisquer descasamentos futuros de caixa na Companhia.

A tabela abaixo demonstra os principais ativos e passivos financeiros da Companhia, que são considerados nas estratégias da Tesouraria por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Até 3 meses	entre 3 meses e 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos
Em 31 de março de 2012				
Ativos financeiros				
Contas a receber de Bancos emissores	17.425.927	5.928.495	-	-
Outras contas a receber	109.119	-	-	-
Passivos financeiros				
Contas a pagar a estabelecimentos	16.741.583	4.729.539	-	-
Empréstimos	99.751	87.034	-	-
Financiamentos	65	130	144	176
Fornecedores - arrendamento financeiro	1.790	2.706	-	-
Em 31 de dezembro de 2011				
Ativos financeiros				
Contas a receber de Bancos emissores	21.936.637	6.196.715	-	-
Outras contas a receber	115.887	-	-	-
Passivos financeiros				
Contas a pagar a estabelecimentos	19.235.917	5.077.297	-	-
Empréstimos	171.286	21.000	-	-
Financiamentos	51	144	192	175
Notas Promissórias	2.183.370	-	-	-
Fornecedores - arrendamento financeiro	1.790	4.496	-	-

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os demais passivos financeiros (nota 5), possuem prazos de vencimento de até um ano e estão apresentados no balanço patrimonial por valores próximos aos respectivos montantes dos fluxos de caixa não descontados contratados.

Adicionalmente, a Companhia se utiliza das antecipações do saldo de contas a receber com os respectivos bancos emissores, a fim de recompor o seu caixa na gestão diária de liquidez.

c. Risco de crédito

Risco de crédito dos emissores

O saldo de contas a receber de bancos emissores representa os valores das transações efetuadas por portadores de cartões de crédito emitidos pelas instituições financeiras licenciadas pelas bandeiras e são garantidos por elas ou por fianças bancárias em volume condizente com o risco estimado, em caso de inadimplência. Essas garantias estão estipuladas nos regulamentos emitidos pelos sistemas de bandeiras ou em acordos locais assinados com as bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores em 31 de março de 2012 é de R\$ 23,4 bilhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 28,1 bilhões).

Risco de crédito dos estabelecimentos

A Companhia, além de seguir as regras das bandeiras para credenciamento, tem política específica definindo as diretrizes e os procedimentos de análise de risco para o processo de credenciamento e manutenção de estabelecimentos. Nesse processo estão envolvidos os riscos relacionados a fraudes e problemas de *performance* por parte dos estabelecimentos (venda sem entrega dos bens e serviços). O valor total de contas a pagar a estabelecimentos em 31 de março de 2012 é de R\$ 21,5 bilhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 24,3 bilhões).

Risco de crédito de bancos para investimentos

A Companhia tem como política trabalhar com instituições cuja avaliação se baseia na melhor classificação de risco para Instituições Financeiras no Brasil, não inferior ao rating "A", mensuradas por agências de risco internacionalmente reconhecidas, e não manter investimentos concentrados em um único grupo econômico. Em 31 de março de 2012, as aplicações financeiras com liquidez diária e atreladas à variação do CDI representam R\$ 159,8 milhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 149,7 milhões) (nota 5.1).

d. Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

Os planos para contingência estão formalizados pela Administração, o que permitiria à Redecard recuperar seus níveis de operação em caso de manifestações de riscos operacionais, tais como, interrupções no fornecimento de energia ou nos sistemas de telecomunicações da rede de captura e processamento da Companhia.

Em agosto de 2011, a Companhia obteve a renovação da certificação internacional PCI DSS (*Payment Card Industry Data Security Standard Council*), que credencia a Redecard como empresa de adquirência que atende, em sua plenitude, às regras de segurança da informação estabelecidas pelas bandeiras e implantou medidas adicionais para a proteção das transações e informações corporativas.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.03.2012	31.12.2011
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de bancos emissores	23.354.422	28.133.352
Outras contas a receber	109.119	115.887
Caixa e equivalentes de caixa	165.704	172.081
Outros passivos financeiros		
Contas a pagar a estabelecimentos	21.471.122	24.313.214
Valores a repassar às bandeiras	44.848	49.444
Valores a repassar aos bancos domiciliadores	27.116	40.504
Empréstimos e financiamentos	187.300	192.848
Fornecedores – Arrendamento financeiro	4.496	6.286
Fornecedores - Outros	47.819	44.462
Notas promissórias	-	2.183.370
Outras contas a pagar	134.143	134.790

As notas promissórias foram liquidadas no trimestre, nos seus respectivos vencimentos. Essa linha de crédito está sendo substituída por emissão de Debêntures (nota 24.a).

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2012	31.12.2011
Recursos em bancos e em caixa	5.886	22.391
Depósitos bancários de curto prazo	<u>159.818</u>	<u>149.690</u>
Total	165.704	172.081

São representados, substancialmente, por certificados de depósitos bancários (CDBs) efetuados junto às instituições financeiras, com liquidez diária e atualizados com base na variação do CDI.

5.2 Contas a receber de bancos emissores e demais contas a receber

a. Contas a receber de bancos emissores

	31.03.2012	31.12.2011
Bancos emissores - parte relacionada	8.746.923	10.614.099
Outros bancos emissores	<u>14.607.499</u>	<u>17.519.253</u>
Total	<u>23.354.422</u>	<u>28.133.352</u>

Em 31 de março de 2012, as contas a receber de bancos emissores no valor de R\$ 23,4 bilhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 28,1 bilhões) não indicaram perdas de valor recuperável (*impairment*) (Nota 4.c).

b. Outras contas a receber

	31.03.2012	31.12.2011
Aluguel de equipamentos	76.737	90.752
Transações com cartões de crédito e débito contestadas, a receber de estabelecimentos	16.801	14.977
MasterCard Brasil Soluções de Pagamentos Ltda.	12.311	7.125
Serviços prestados aos bancos emissores e parceiros	9.407	7.684

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Outras contas a receber

	31.03.2012	31.12.2011
Outros serviços prestados a estabelecimentos	5.570	8.534
Provisão para <i>impairment</i>	(11.707)	(13.185)
Outras contas a receber	109.119	115.887

c. Movimentações na provisão para *impairment*

	31.03.2012	31.03.2011
Em 31 de dezembro	(13.185)	(16.899)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(7.161)	(11.800)
Contas a receber de estabelecimentos, baixadas como incobráveis	8.639	9.840
Em 31 de março	(11.707)	(18.859)

A constituição e a baixa da provisão para outras contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do período como "provisão para créditos de liquidação duvidosa". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Não houve renegociação de créditos durante os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011.

Em 31 de março de 2012, o valor de R\$ 109,1 milhões (31 de março de 2011: R\$ 109,1 milhões), registrado como outras contas a receber. Em 31 de março de 2012, o montante *impaired* e provisionados é de R\$ 11,7 milhões (31 de março de 2011: R\$ 18,9 milhões). Os valores individualmente *impaired* referem-se a estabelecimentos com atraso nos pagamentos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação destas informações trimestrais é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima, não sendo mantido nenhum título como garantia.

d. Valor justo

Os valores justos das contas a receber de bancos emissores, outras contas a receber e contas a pagar a estabelecimentos, aproximam-se do custo amortizado de tais instrumentos devido à sua realização ser de curto prazo.

5.3 Contas a pagar a estabelecimentos

Nesta rubrica estão registrados os valores devidos aos estabelecimentos, referentes às transações com cartões de crédito, deduzidos das taxas cobradas pelos bancos emissores, pela Companhia e pelas bandeiras. Em 31 de março de 2012, o montante é de R\$ 21,5 bilhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 24,3 bilhões).

5.4 Valores a repassar às bandeiras

Os montantes registrados nesta rubrica referem-se a valores a repassar às bandeiras, calculados através de um percentual estabelecido pelas bandeiras sobre o valor das transações com cartões de crédito e cartões de débito, bem como pelo volume de transações processadas. Em 31 de março de 2012, o montante é de R\$ 44,8 milhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 49,4 milhões).

5.5 Valores a repassar aos bancos domiciliadores

A Companhia firmou contratos de parcerias com diversos bancos com o objetivo de unir esforços, competências, recursos e *know-how*, para o desenvolvimento do novo modelo de negócio, que consiste em crescimento e manutenção da base de estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard. A remuneração é constituída com base em cumprimento de metas

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de faturamento com transações de cartões de pagamentos nos estabelecimentos que mantém domicílio bancário junto ao banco parceiro. Em 31 de março de 2012, o montante é de R\$ 27,1 milhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 40,5 milhões).

5.6 Fornecedores

	31.03.2012	31.12.2011
Fornecedores		
Até um ano	47.819	44.462
Arrendamento Financeiro ⁽¹⁾		
Até um ano	4.496	6.286
Total	52.315	50.748

⁽¹⁾ O arrendamento mercantil foi contratado em 20 parcelas mensais e sucessivas (contraprestações), com vencimento final para novembro de 2012. O valor da contraprestação é calculado levando-se em conta o custo total do bem, acrescido da importância proveniente da aplicação da taxa DI-Over, divulgada pela Cetip.

A opção de compra dos itens integrantes do bem está definida mediante o pagamento ao arrendador da quantia de R\$ 1,00 (um real) por unidade.

5.7 Empréstimos, financiamentos e notas promissórias

	31.03.2012	31.12.2011
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	186.980	192.481
Notas promissórias	-	2.183.370
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	320	367
Total (Nota 4a)	187.300	2.376.218

6. Despesas antecipadas

	31.03.2012	31.12.2011
Licenças de softwares	8.173	3.050
Outros	91	158
Total	8.264	3.208

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos passivos contingentes sob discussão e da realização das provisões para determinados eventos. A Companhia não possui saldos relativos a prejuízos fiscais e base negativa tributária e/ou créditos tributários não ativados, como definido pelo art.1º da Instrução CVM nº 371. Em 31 de março de 2012, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 64,9 milhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 76,6 milhões), calculados com base na taxa CDI.

Notas Explicativas**Redecard S.A.**

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

a. Composição

	31.03.2012	31.12.2011
Créditos tributários sobre diferenças temporárias:		
Contingências cíveis	5.698	5.394
Contingências trabalhistas	2.537	2.337
Contingências tributárias	2.386	2.386
Provisões sobre adições temporárias:		
Credenciamento e atendimento ao estabelecimento	21.569	18.598
Participação dos empregados nos resultados	3.414	10.843
Créditos de liquidação duvidosa	3.981	4.483
Marketing	4.805	2.681
Tecnologia da informação	5.755	5.611
Parcerias bancos	9.219	13.770
Outros	7.237	12.301
Total	66.601	78.404

b. Expectativas de realização

A Companhia elaborou estudos de geração de lucros tributáveis futuros, aprovados pelos órgãos de governança da Administração, os quais indicam recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos em 31 de março de 2012. O cronograma de realização dos referidos impostos diferidos é estimado como segue:

Ano de realização	Imposto de renda	Contribuição social
2012	41.163	14.819
2013	1.754	631
2014	6.054	2.180
Total	48.971	17.630

c. Demonstração da realização do tributo diferido no resultado**Créditos tributários sobre diferenças temporárias**

	31.03.2012	31.03.2011
Contingências cíveis	303	387
Contingências trabalhistas	200	(202)
Contingências tributárias	-	-
Provisões operacionais	(12.306)	3.593
Total	(11.803)	3.778

d. Movimentação do diferido

	31.12.2011	Adição	Realização	31.03.2012
Contingências cíveis	5.394	358	(55)	5.697
Contingências trabalhistas	2.337	256	(56)	2.537
Contingências tributárias	2.386			2.386
Despesas Operacionais	68.287	175.249	(187.555)	55.981
Total	78.404	175.863	(187.666)	66.601

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imobilizado

	% Taxas anuais	30.09.2011 Imobilizado líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31.12.2011 Imobilizado líquido
Equipamento captura	33,3	223.448	24.278	-	(15.866)	(34.049)	197.811
Equipamento de Rede de processamento	20,0	37.982	5.998	-	-	(3.708)	40.272
Sistema de processamento de dados	20,0	4.986	-	-	4.740	(751)	8.975
Informática	20,0	2.885	2.828	-	-	(718)	4.995
Equipamentos diversos	10,0	3.191	-	-	246	(125)	3.312
Veículos	20,0	219	-	-	-	(15)	204
Móveis e utensílios	10,0	3.161	49	-	-	(111)	3.099
Instalações	10,0	1.908	-	-	-	(86)	1.822
Benfeitorias em imóveis	20,0	10.332	-	-	4.807	(1.078)	14.061
Imobilizado em andamento	-	11.300	2.697	-	(9.825)	-	4.172
Equipamentos em trânsito	-	-	-	-	15.866	-	15.866
Total		299.412	35.850	-	(32)	(40.641)	294.589

	% Taxas anuais	31.12.2011 Imobilizado líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31.03.2012 Imobilizado líquido
Equipamento captura	33,3	197.811	95.293	(1.832)	-	(33.533)	257.739
Equipamento de Rede de processamento	20,0	40.272	1.101	-	-	(3.694)	37.679
Sistema de processamento de dados	20,0	8.975	-	-	842	(864)	8.953
Informática	20,0	4.995	31	-	-	(796)	4.230
Equipamentos diversos	10,0	3.312	280	-	30	(128)	3.494
Veículos	20,0	204	-	-	-	(15)	189
Móveis e utensílios	10,0	3.099	1	-	-	(110)	2.990
Instalações	10,0	1.822	-	-	-	(84)	1.738

Notas Explicativas**Redecard S.A.**

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Benfeitorias em imóveis	20,0	14.061	-	-	120	(936)	13.245
Imobilizado em andamento	-	4.172	1.343	-	(1.258)	-	4.257
Equipamentos em trânsito	-	15.866	-	(15.866)	-	-	-
Total		294.589	98.049	(17.698)	(266)	(40.160)	334.514

A baixa de imobilizado no montante de R\$ 17.698 é decorrente da gestão ativa da base instalada de equipamentos para sua renovação. A Companhia também efetuou a baixa da respectiva provisão constituída para tal fim, no montante de R\$ 15.866, a qual estava registrada em outras contas a pagar em 31/12/2011.

9. Intangível

	% Taxas anuais	30.09.2011 Intangível líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	31.12.2011 Intangível líquido
Softwares	20,0	59.129	644	-	8.316	(4.291)	63.798
Intangível em andamento	-	10.380	2.120	-	(8.284)	-	4.216
Outros	-	-	16.415	-	-	(68)	16.347
Total	-	69.509	19.179	-	32	(4.359)	84.361

	% Taxas anuais	31.12.2011 Intangível líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	31.03.2012 Intangível líquido
Softwares	20,0	63.798	-	-	830	(4.449)	60.179
Intangível em andamento	-	4.216	1.327	-	(564)	-	4.979
Outros	25,0	16.347	-	-	-	(1.020)	15.327
Total	-	84.361	1.327	-	266	(5.469)	80.485

10. Obrigações tributárias**a. Imposto de renda e contribuição social**

	31.03.2012	31.12.2011
Imposto de renda pessoa jurídica	122.979	139.847
Contribuição social sobre o lucro líquido	48.863	57.043
Total	171.842	196.890

b. Outras obrigações tributárias

	31.03.2012	31.12.2011
Pis e Cofins	17.101	22.351

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos sobre serviços	2.153	3.406
Impostos de terceiros retidos na fonte	6.820	14.326
Total	26.074	40.083

11. Obrigações de benefícios de aposentadoria

O Plano de Previdência Redecard foi alterado em janeiro de 2011 da modalidade Benefício Definido – BD para Contribuição Definida – CD, com adesão de 95% dos funcionários. Este plano permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal e, adicionalmente, a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, limitado a 9% dos seus rendimentos, contabilizada no resultado pelo regime de competência no grupo “despesas com pessoal”. No trimestre findo em 31 de março de 2012, as contribuições para esses planos totalizaram R\$ 3,4 milhões (2011: R\$ 2,7 milhões), sendo assim distribuído: Companhia R\$ 1,3 milhões e funcionários R\$ 2,1 milhões (2011: Companhia: R\$ 0,6 milhões e funcionários: R\$ 2,1 milhões). A mudança do plano de benefícios de aposentadoria não gerou impacto financeiro relevante para a Companhia.

O plano de Benefício Definido (BD) é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

12. Capital Social e Reservas

a. Capital social

O capital social realizado é de R\$ 568.261, integralizado e está representado por 672.970.705 ações ordinárias escriturais sem valor nominal.

Capital Social	31.03.2012	%	31.12.2011	%
Controle Acionário	284.131	50,0000002	284.131	50,0000002
Acionistas Minoritários	284.130	49,9999998	284.130	49,9999998
Total	568.261		568.261	

b. Movimentações do capital social e reservas

	Capital Social	Outras Contas Patrimoniais	Total
Em 31 de dezembro de 2010	568.261	832.304	1.400.565
Dividendo transferido para o passivo circulante		(612.788)	(612.788)
Plano de opção de compra de ações		2.269	2.269
Ações em tesouraria		3.062	3.062
Constituição da reserva legal		43.654	43.654
Dividendo adicional proposto		744.553	744.553
Em 31 de dezembro de 2011	568.261	1.013.054	1.581.315
Plano de opção de compra de ações		389	389
Ações em tesouraria		875	875
Lucro do período		381.173	381.173
Em 31 de março de 2012	568.261	1.395.491	1.963.752

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Reserva Legal

A "Reserva legal" representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social

d. Reserva estatutária

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de Abril de 2009, os acionistas aprovaram a criação de Reserva Estatutária de Lucro com a finalidade de suportar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações representativas do capital da Companhia, podendo, ainda, ser utilizada para o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio. O saldo dessa reserva, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o valor do capital social e será formada com recursos equivalentes a até 60% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de março de 2012, valor apresentado na rubrica "Reserva estatutária" é de R\$ 150,1 milhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 150,6 milhões).

e. Reserva de dividendos adicionais propostos

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos no montante de R\$ 744,6 milhões (2010: R\$ 612,8 milhões) com base no lucro apurado no exercício de 2011, o qual foi transferido para a reserva "Dividendos adicionais propostos", conforme disposto na Deliberação CVM nº 601/2009. Conforme descrito na Nota 14, tal proposta foi aprovada e referendada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 05 de abril de 2012.

f. Ações em tesouraria

Em consonância com as Instruções CVM nºs 10/80, 268/97 e 358/02, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de abril de 2011, renovou a autorização para a Diretoria adquirir, em nome da Companhia, até 5.500.000 (cinco milhões e quinhentas mil) ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Redecard. Competirá à Administração definir a oportunidade e a quantidade a ser efetivamente adquirida, dentro dos limites autorizados e do prazo de validade desta autorização.

Movimentações das ações em tesouraria

Ano	Quantidade		Saldo	Custo Médio Unitário em R\$
	Compra	Venda		
2010	362.000	290.421	210.448	26,55
2011	-	115.350	95.098	26,55
2012	35.000	74.452	55.646	29,65

Preço de mercado da ação em 31/03/2012 - R\$ 35,45 (trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) conforme pregão da BM&FBovespa.

As movimentações relacionadas às ações em tesouraria foram apenas para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

g. Plano de outorga de opções

I- Objetivos do Plano

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Redecard tem por objetivo permitir que os Diretores, membros do Conselho de Administração e funcionários da Companhia ou de suas sociedades controladas, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar seus interesses aos dos acionistas da Companhia; e (c) estimular a permanência de ADMINISTRADORES e FUNCIONÁRIOS na Companhia.

II – Características do Plano

Aos beneficiários são outorgadas opções de compra de ações, denominadas OPÇÕES 1 e OPÇÕES 2, nos termos do Plano aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 20 de abril de 2011.

O preço de exercício das OPÇÕES 1 outorgadas nos termos do Plano, é fixado respeitando-se o preço mínimo equivalente ao valor médio do preço das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no período de no mínimo 30 (trinta) e no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data da outorga da opção, a critério do Comitê de Recursos Humanos, Remuneração e Opções, facultado, ainda, ajuste do preço em até 20%, para mais ou para menos.

O preço de exercício das OPÇÕES 2 corresponde ao cumprimento de obrigação de fazer, consubstanciada na obrigação de o beneficiário investir, em ações da Companhia ou em instrumento baseado em tais ações, parte ou a integralidade da participação líquida nos lucros e resultados que tiver recebido relativamente ao ano anterior, e manter a propriedade de tais ações inalterada e sem qualquer tipo de ônus desde a data da outorga da opção até o seu exercício.

Opções outorgadas	Parcela da concessão	Quantidade (%)	Direito ao exercício após a data da concessão	Extinção do direito após a data de início ao exercício
Até 2010	1ª parcela	25%	12 meses	12 meses
	2ª parcela	25%	24 meses	12 meses
	3ª parcela	25%	36 meses	12 meses
	4ª parcela	25%	48 meses	12 meses
A partir de 2011	1ª parcela	50%	36 meses	24 meses
	2ª parcela	50%	60 meses	24 meses

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 20 de abril de 2011 aprovou proposta de alteração do Plano, segundo a qual o Comitê de Remuneração e Opções, órgão do Conselho de Administração, elegeu os Beneficiários em favor dos quais foram outorgadas opções de compra de ações, denominadas Opções 1 e Opções 2, nos termos do Plano, definiu o número de ações que foram adquiridas com o exercício de cada opção, o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício de cada opção e quaisquer outras condições relativas a tais opções. As Opções 2 outorgadas durante o exercício de 2011 serão exercidas em 28 de fevereiro de 2013.

As opções outorgadas, após pagamento dos respectivos preços de exercícios são liquidadas mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Redecard, nos termos das respectivas outorgas e de acordo com o Plano.

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano vigorará por prazo indeterminado e os acionistas da Companhia, nos termos do artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência na outorga ou no exercício da opção de compra de Ações.

III – Valor Justo e reconhecimento dos custos

O valor justo das opções concedidas, calculado considerando o modelo de precificação das opções, é baseado na aplicação da metodologia *Black & Scholes* e tomando-se como base os preços das ações da Companhia. O ajuste do valor justo é reconhecido como despesa no período em que o direito é adquirido, ou seja, no período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos são atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições, e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Para essas opções o valor justo médio ponderado foi determinado com base no método *Black & Scholes*, considerando o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada no preço das Ações da Companhia, o prazo de vida das opções, os dividendos esperados e a taxa de juros utilizada.

IV – Resumo da movimentação do plano

Data de outorga	Opções outorgadas	Preço de exercício por ação (R\$)	Saldo 31.12.2011	Opções canceladas	Opções exercidas	Saldo 31.03.2012
11/02/2008	503.384	20,25	82.243	(3.553)	(51.846)	26.844
11/03/2009	1.025.715	25,82	65.837	(11.837)	(9.656)	44.344
17/05/2010	241.163	23,55	47.979	(4.100)	(7.103)	36.776
09/03/2011	786.368	18,01	261.091	(20.276)	-	240.815
03/11/2011	15.495	23,80	15.495	(2.093)	-	13.402
Total	2.572.125		472.645	(41.859)	(68.605)	362.181

13. Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41, Deliberação da CVM 636 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e o diluído.

Lucro por ação básico	31.03.2012	31.03.2011
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	381.173	281.266
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	672.929	672.760
Lucro por ação – básico (em R\$)	0,5664	0,4181
Lucro por ação diluído	31.03.2012	31.03.2011
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	381.173	281.266
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	672.929	672.760
Incremento/diluições das ações em virtude do plano de opções de ações	162	-
Lucro por ação – diluído (em R\$)	0,5663	0,4181

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme o capítulo VI, art. 29, letra b do Estatuto Social, os dividendos estatutários mínimos obrigatórios correspondem a 40% (quarenta por cento) do lucro líquido do exercício, na forma prevista pelo art. 202, da Lei de Sociedades por Ações.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi constituída “Reserva de dividendos adicionais propostos” no final de 2011 (Nota 12.e), ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados. De acordo com a IAS 10, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal, quando deliberado o pagamento de dividendos.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 05 de abril de 2012 foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 744,6 milhões, equivalente a R\$ 1,106458798 por ação, considerada a quantidade de ações existentes em tesouraria nesta data, sem retenção de imposto de renda na fonte. Esses dividendos serão pagos aos acionistas em 20 de abril de 2012.

15. Informações por segmento de negócios

A Administração determinou um único segmento operacional para os negócios da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela diretoria executiva.

A receita gerada pelo segmento operacional reportado é oriunda, da captura e processamento das transações com cartão de crédito e cartão de débito, aluguel dos equipamentos de captura, de outros serviços prestados para as empresas parceiras mediante captura e roteamento de transações realizadas com cartões de benefícios (*voucher*) e cartões *private label* e das receitas financeiras líquidas apuradas com pré-pagamentos efetuados aos estabelecimentos das transações com cartões de crédito. As informações do segmento de negócio, revisada pela Diretoria Executiva e correspondentes aos trimestres encerrados em 31 de março de 2012 e 2011, são as seguintes:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receita operacional líquida	727.828	616.234
Crédito	352.397	317.120
Débito	130.432	105.852
Aluguel de equipamentos	199.219	155.051
Outros	45.780	38.211
Custo dos serviços prestados	(192.968)	(197.756)
Custo dos serviços prestados	(150.206)	(158.241)
Depreciação e amortização	(42.762)	(39.515)
Margem de Contribuição	534.860	418.478
Resultado financeiro	171.911	145.599
Resultado antes das despesas e receitas operacionais	706.771	564.077

Não existem clientes cuja representatividade da receita seja superior a 10% da receita operacional líquida da Companhia.

16. Custos dos serviços prestados

Notas Explicativas**Redecard S.A.**

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	31.03.2012	31.03.2011
Custos dos serviços prestados:		
Captura e processamento	68.682	60.903
Credenciamento e atendimento ao cliente	81.524	97.338
Encargos de depreciação e amortização	42.762	39.515
Total	192.968	197.756

17. Despesas operacionais**a. Pessoal**

	31.03.2012	31.03.2011
Salários e benefícios	39.972	44.767
Encargos Sociais	16.853	19.291
Outros	4.262	1.219
Total	61.087	65.277
Número de empregados	952	1.431

A Companhia no 1º semestre de 2011, em continuidade a importantes projetos voltados para a eficiência operacional, iniciou uma reestruturação organizacional, a qual resultou em uma nova estrutura organizacional com Diretorias Executivas e Comitês revisados, além de equipes de diversas áreas sendo reestruturadas a fim de obter maior integração e agilidade.

b. Administrativas

	31.03.2012	31.03.2011
Prédios e Telefonia corporativa	6.793	8.049
Serviços contratados	11.865	11.192
Manutenção de TI e Processamento de dados	15.490	15.049
Viagens e representações	2.029	1.972
Outras	3.277	5.281
Total	39.454	41.543

c. Outras despesas operacionais

	31.03.2012	31.03.2011
Parcerias com bancos domiciliadores	6.021	4.301
Incentivos fiscais – Patrocínios Culturais da Lei Rouanet, Desportivos e Doações	3.550	3.769
Depreciação e amortização	2.867	2.318
Outras*	6.215	(1.114)
Total	18.653	9.274

* Outras refere-se basicamente a perdas patrimoniais com produtos e equipamentos, por conta da gestão ativa da base de equipamentos instalada nos clientes e a recuperação de perdas em 2011.

18. Receita e despesas financeiras

	31.03.2012	31.03.2011
Receitas financeiras na antecipação de recebíveis	230.660	244.694
Despesas financeiras	(63.553)	(83.759)

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.03.2012	31.03.2011
Outras receitas (despesas) financeiras	4.804	(15.336)
Resultado financeiro	171.911	145.599

19. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	31.03.2012	31.03.2011
Lucro antes do IR e CSLL	574.212	423.476
IR e CSLL à alíquota nominal de 34%	195.232	143.982
Despesas não dedutíveis	534	1.120
Patrocínios Culturais da Lei Rouanet, Desportivos e Doações	(2.343)	(2.488)
Incentivo Fiscal por Inovação Tecnológica	(313)	(322)
Outros Incentivos (PAT)	(71)	(82)
Total	193.039	142.210
Alíquota efetiva do IR e CSLL	33,62%	33,58%

20. Contingências

a. Ativo contingente

A Companhia não possui ativo contingente.

b. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

As provisões, segundo julgamento da Administração da Companhia e com base na opinião de seus consultores legais, foram constituídas em montantes considerados adequados à cobertura de eventuais perdas, sendo reavaliadas periodicamente.

Os “depósitos judiciais em garantia” vinculados aos processos cíveis, trabalhistas e tributários, estão demonstrados no “Ativo não circulante”, no grupo “Realizável a longo prazo” no montante de R\$ 14.197 (31 de dezembro de 2011: R\$ 13.467).

c. Composição dos passivos contingentes provisionados

	31.03.2012	31.12.2011
Contingências cíveis	16.758	15.866
Contingências trabalhistas	7.461	6.873
Contingências tributárias	7.016	7.016
Total	31.235	29.755

Os montantes acima mencionados foram calculados considerando os pedidos efetuados pelos autores em cada uma das ações ou pelo montante dos tributos não recolhidos pela Companhia sob garantia de medidas judiciais concedidas para a Companhia, todos atualizados monetariamente e computados os juros quando devidos.

d. Movimentação das provisões

Notas Explicativas

Redecard S.A.

**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	31.12.2011	adições	baixas	31.03.2012
Contingências cíveis	15.866	1.053	(161)	16.758
Contingências trabalhistas	6.873	753	(165)	7.461
Contingências tributárias	7.016	-	-	7.016
Total	29.755	1.806	(326)	31.235

e. Provisões cíveis

Em 31 de março de 2012, a Companhia era parte em ações de natureza cível, que envolviam o valor estimado de R\$ 16,8 milhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 15,9 milhões) correspondentes aquelas ações em que a probabilidade de perda é provável, conforme avaliações dos advogados internos e externos da Companhia, contemplando-se os valores pleiteados a título de indenização por danos morais. Dentre elas, destacam-se ações ajuizadas pelos Estabelecimentos, contra a retenção de créditos pela Companhia decorrente de indícios de fraude com a conivência dos Estabelecimentos, ações contra a retenção de créditos pela Companhia em decorrência de contestação das transações por parte dos portadores de cartões (Chargeback), e ações que envolvem o relacionamento com estabelecimentos, desde cobrança de taxas, aluguel de POS, alteração de domicílio bancário, dentre outros.

f. Provisões trabalhistas

Em 31 de março de 2012, a Companhia figurava como ré em processos trabalhistas, sendo ações movidas por ex-empregados da Companhia e ações movidas por ex-empregados das empresas prestadoras de serviços para a Redecard. Tais ações são relativas, em grande parte, a pedidos de pagamento de horas extras e equiparação salarial. O valor total de perda estimado nesses processos é de R\$ 7,5 milhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 6,9 milhões), em relação aos quais foi constituída provisão integral, conforme análise dos advogados internos da Companhia com base na média histórica dos valores de condenações em ações semelhantes e, posteriormente, com suporte nos cálculos efetuados pelo perito contábil contratado pela Companhia.

g. Provisões tributárias

1. Suspensão da exigência da contribuição para o PIS e para a COFINS, calculada no método "não-cumulativo" às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. A Companhia passou a efetuar depósito judicial dos valores apurados mensalmente. O valor acumulado dos depósitos judiciais e respectiva provisão em 31 de março de 2012 é de R\$ 6,4 milhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 6,4 milhões).

2. Execução fiscal referente a débito sobre o "PIS Repique" de 1999, por montante declarado em Declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTF) e não tendo sido localizado o respectivo recolhimento. O valor provisionado em 31 de março de 2012 é de aproximadamente R\$ 0,6 milhão (31 de dezembro de 2011: R\$ 0,6 milhão).

h. Passivo contingente – perda possível

Por meio de auto de infração lavrado em 11/07/2008, a Receita Federal constituiu crédito tributário de PIS e COFINS acrescidos de multa de ofício e juros de mora no valor total de R\$ 372,0 milhões, sob o argumento de que a Companhia não teria efetuado o recolhimento desses tributos sobre as receitas relativas ao recebimento antecipado de vendas no período de 31/08/2004 a 31/05/2008. Em 31 de março de 2012 o valor total é de R\$ 546,0 milhões (31 de dezembro de 2011: R\$ 532,9 milhões). Por tratar-se de um desconto obtido mediante pagamento antecipado de uma dívida da Companhia em favor do estabelecimento contratante, a Companhia entende que a receita decorrente desse desconto deve ser classificada como receita financeira e, como tal, está sujeita no período objeto da autuação à alíquota de 0% tanto para o PIS como para a COFINS. A Administração da Companhia entende não ser necessária nenhuma provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista que as perspectivas de êxito são consideradas como possíveis.

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i. Ações de Órgãos Governamentais

Em maio de 2009 a ABRANET – Associação Brasileira dos Provedores de Acesso Serviços e Informações da Rede de Internet ofertou representação perante a Secretaria de Direito Econômico – SDE, acusando a Companhia pela inclusão de cláusulas e condições comerciais alegadamente injustificáveis e anticoncorrenciais, constantes de minuta do novo contrato de credenciamento, proposto pela Redecard às empresas denominadas intermediadoras. A Secretaria de Direito Econômico, com base na representação, instaurou processo administrativo para apurar denúncias de supostas infrações à ordem econômica e aplicou Medida Preventiva contra a Redecard, em julho de 2009, no sentido de impedir a adoção de determinadas cláusulas contratuais. A Redecard apresentou sua defesa em agosto de 2009, refutando as alegações da ABRANET. A Administração da Companhia entende não ser necessária qualquer provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos, tendo em vista as perspectivas de êxito consideradas como possíveis. Caso a Companhia seja condenada pelo CADE, estará sujeita à imposição de multa, prevista no art. 23, inciso I da Lei 8.884/94.

21. Compromissos

A Companhia tem compromissos firmados através de contratos:

- i) Locação de imóveis, com vigência até 2017 e, para o exercício de 2012, o valor é de R\$ 15,5 milhões. Para os anos subsequentes esse valor deverá ser atualizado de acordo com índice acordado em contrato. No período encerrado em 31 de março de 2012 o valor referente as despesas com aluguéis é de R\$ 3,2 milhões.
- ii) Arrendamento financeiro, com vigência para o exercício de 2012 é de R\$ 4,5 milhões classificado na rubrica “fornecedores”, conforme nota 5.6. O valor pago no primeiro trimestre de 2012 é de R\$ 2,2 milhões.

A Companhia não possui compromissos firmados para aquisição de equipamentos de captura e processamento de dados. Os investimentos de capital previstos para o exercício corrente e subsequentes estão de acordo com o plano orçamentário da Companhia.

22. Transações com partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas referem-se a:

	31.03.2012	31.12.2011
Contas a receber de bancos emissores Itaucard e outras empresas do grupo	8.746.923	10.614.099
	31.03.2012	31.03.2011
Outras receitas Itaú Unibanco e outras empresas do grupo	12.680	8.967
Custos dos serviços prestados Orbitall	17.972	19.759
Itaú Unibanco	135	165
Despesas financeiras Itaucard	2.918	26.874

Descrição dos contratos

- i) Contas a receber de bancos emissores

Os valores referem-se aos montantes devidos pelos bancos emissores à Companhia, decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito das bandeiras mencionadas, os quais serão posteriormente repassados pela

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia aos estabelecimentos credenciados.

As condições de contratação com os emissores são estabelecidas como decorrência dos regulamentos e manuais emitidos pela referida bandeira. Dessa forma, essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito autorizadas pelas bandeiras.

ii) Outras receitas

Trava de domicílio bancário

São decorrentes de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário, firmados com o Itaú Unibanco, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com tal Banco.

Prestação de Serviço para demais empresas do conglomerado Itaú Unibanco

São contratos de prestação de serviços de captura, transporte, roteamento e transmissão de dados de transações realizadas pelos portadores de cartões nos estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard.

Electronic referral

Contrato de prestação de serviço com o Itaú Unibanco com o objetivo de proporcionar mais segurança nas transações com cartões de Crédito e Débito, cujas características, especificações e condições de utilização e aceitação são regras determinadas pela Redecard e aceitas pelo estabelecimento e pelo Banco.

iii) Custos dos serviços prestados

Processamento de dados

A Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A. é uma sociedade controlada pela Itaú Unibanco Holding S.A. e presta serviços para a Companhia de: (i) processamento de dados, (ii) gerenciamento, operação e realização da manutenção periódica – preventiva e corretiva; administração e realização da comunicação entre estes ambientes e destes com ambientes de terceiros.

Credenciamento

Contrato de prestação de serviços com o Itaú Unibanco para prestação de serviço de credenciamento.

iv) Despesas Financeiras

Custos financeiros decorrentes das antecipações de recebíveis da Redecard junto ao Banco Itaucard S.A.

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Redecard firmado com o Itaú Unibanco, pelo qual o Itaú Unibanco prestará serviços de ações escriturais e de agente emissor de certificados de ações da Companhia.

v) Programa de estímulo a ativação de estabelecimentos ao sistema Redecard

A Redecard apropria mensalmente ao resultado valores com o objetivo de promover, junto à base de estabelecimentos dos bancos credenciadores, ações de ativação de estabelecimentos ao Sistema Redecard. Esses valores são apurados com base no faturamento das transações de crédito e de débito dos novos estabelecimentos credenciados, por período determinado. Durante o primeiro trimestre de 2012, a Redecard provisionou o valor de R\$ 2,4 milhões (31 de março de 2011: R\$ 2,5 milhões), para efetuar campanhas junto a base de estabelecimentos domiciliados pelo Itaú Unibanco.

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Remuneração dos diretores e do Conselho de Administração: os diretores são os representantes legais da Companhia, responsáveis, principalmente, pela sua Administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. São todos brasileiros e residentes no Brasil. Os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, ser destituídos pelo Conselho de Administração. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria deve ser composta por, no mínimo 3 e, no máximo, 10 membros. Em 31 de março de 2012, a diretoria da Companhia é formada por 8 membros, sendo um Diretor Presidente. O Conselho de Administração é composto de no mínimo 5 e no máximo 10 membros. Em 31 de março de 2012 o Conselho de Administração da Redecard é formado por 8 membros, dos quais 4 são Conselheiros Independentes. A remuneração atribuída aos administradores nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 foi a seguinte:

	31.03.2012	31.03.2011
Remuneração		
Conselho de Administração	418	328
Administradores	1.352	1.739
Participações no lucro		
Administradores	2.999	2.812
Contribuições ao plano de aposentadoria		
Administradores	90	117
Remuneração baseada em ações – administradores	7	479

23. Informações complementares

a. Seguros contratados

A Companhia, a despeito de apresentar reduzido grau de risco de sinistro, tem como política contratar cobertura de seguros para os seus ativos, com o custo anual dos prêmios de R\$ 0,2 milhão, e estão divididos em:

Ramo	Bens Segurados	R\$ Milhões	
		Valores em risco	Valores cobertos
RD Patrimonial	Prédios, móveis, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos da Companhia, descritos na apólice.	50,9	50,9
Compreensivo Empresarial	Equipamentos POS e POO, material de sinalização e marketing armazenados em local de terceiros.	24,2	24,2
Responsabilidade Civil	RC Operações – Estabelecimentos comerciais e/ou industriais; RC Empregador; RC Riscos Contingentes – Veículos terrestres motorizados.	2,0	2,0

Notas Explicativas

Redecard S.A.

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2012. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transporte Nacional	Mercadorias inerentes ao ramos comercial ou industrial consistindo principalmente de terminais POS, POO (Wireless) e Pin Pad inclusive suas partes, peças e acessórios.	500,0	500,0
---------------------	---	-------	-------

O valor total desses equipamentos corresponde a aproximadamente R\$ 562,9 milhões, de acordo com o custo de reposição. Esses equipamentos encontram-se instalados em mais de 1 milhão de estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard, em todo o território nacional. Para efeito de definição do “valor em risco”, são analisadas, entre outras variáveis, a probabilidade de ocorrência simultânea de sinistros em toda a base de estabelecimentos.

b. Pesquisa e desenvolvimento

A Companhia ao longo dos anos vem apoiando atividades de pesquisa e desenvolvimento, diretamente relacionadas a lei de Inovação Tecnológica, nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, buscando o desenvolvimento de produtos e processos inovadores que impliquem em melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade e produtividade.

24. Eventos subsequentes

a. Emissão de debêntures

Em reunião realizada em 27 de março de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente).

O valor total da Emissão será de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), composta de 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), (“Valor Nominal Unitário”), sendo 50.000 (cinquenta mil) Debêntures da 1ª (primeira) série, 50.000 (cinquenta mil) Debêntures da 2ª (segunda) série e 50.000 (cinquenta mil) Debêntures da 3ª (terceira) série.

As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, correspondentes à variação acumulada de: (i) 103,90% das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, DI “over extra grupo”, expressa em forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada publicamente pela CETIP (“Taxa DI”) para as Debêntures da 1ª (primeira) série; (ii) 104,30% da Taxa DI para as Debêntures da 2ª (segunda) série; e (iii) 104,70% da Taxa DI para as Debêntures da 3ª (terceira). A remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, incidente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula a ser estabelecida na escritura de Emissão. As Debêntures estarão sujeitas à repactuação de acordo com os termos a serem estabelecidos na escritura de Emissão. As Debêntures da Emissão vencerão em 2 de abril de 2017. Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados ao reforço de capital de giro da Companhia.

b. Aumento de Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de abril de 2012 foi aprovado, além da distribuição de dividendos aos acionistas (nota 14), elevar o capital social da Companhia, de R\$ 568.261.461,20 (quinhentos e sessenta e oito milhões, duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte centavos) para R\$ 681.913.753,44 (seiscentos e oitenta e um milhões, novecentos e treze mil, setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos), sem emissão de novas ações, mediante capitalização do montante de R\$ 113.652.292,24 (cento e treze milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos), consignado na conta de Reserva Legal; e alterar o “caput” do artigo 5º do Estatuto Social, para registrar o novo valor do capital social.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Posição acionária em 31 de março de 2012

Acionista	POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO							
	Posição em 31/03/2011				Posição em 30/03/2012			
	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%
Controlador	336.485.353	50,00%	336.485.353	50,00%	336.485.348	50,00%	336.485.348	50,00%
Administradores	4.108	0,00%	4.108	0,00%	1.658	0,00%	1.658	0,00%
Conselho de Administração	8	0,00%	8	0,00%	8	0,00%	8	0,00%
Diretores Estatutários	4.100	0,00%	4.100	0,00%	1.650	0,00%	1.650	0,00%
Ações em Tesouraria	210.448	0,03%	210.448	0,03%	67.683	0,01%	67.683	0,01%
Outros Acionistas	336.270.796	49,97%	336.270.796	49,97%	336.416.016	49,99%	336.416.016	49,99%
Total	672.970.705	100,00%	672.970.705	100,00%	672.970.705	100,00%	672.970.705	100,00%
Ações em Circulação	336.270.796	49,97%	336.270.796	49,97%	336.416.016	49,99%	336.416.016	49,99%

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Posição em 31/03/2012				
Companhia : Redecard S.A				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
BANESTADO PART ADM SERV LTDA	156.201.297	23,21%	156.201.297	23,21%
DIBENS LEASING S.A. ARR. MERCANTIL	127.820.698	18,99%	127.820.698	18,99%
UNIBANCO PARTICIPACOES SOCIETARIAS SA	28.380.249	4,22%	28.380.249	4,22%
ITAÚ UNIBANCO S.A.	24.083.104	3,58%	24.083.104	3,58%
LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC (*)	66.138.840	9,83%	66.138.840	9,83%
OUTROS	270.346.517	40,17%	270.346.517	40,17%
Total	672.970.705	100,00%	672.970.705	100,00%

(*) LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC é uma empresa sediada nos Estados Unidos

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Posição em 31/03/2012				
Denominação : BANESTADO PART ADM SERV LTDA				
Acionista/Cotista	Ações Ords/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
BANCO ITAULEASING S.A.	4.768.379.543	62,22%	4.768.379.543	62,22%
BANCO ITAUCARD S.A.	2.888.366.113	37,69%	2.888.366.113	37,69%
OUTROS	6.403.099	0,08%	6.403.099	0,08%
TOTAL	7.663.148.755	100,00%	7.663.148.755	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Posição em 31/03/2012				
Denominação : Dibens Leasing S.A - Arrendamento Mercantil				
Acionista/Cotista	Ações Ords/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
ITAÚ UNIBANCO S.A.	1.781.095.598	99,99%	1.781.095.598	99,99%
OUTROS	4	0,01%	4	0,01%
TOTAL	1.781.095.602	100,00%	1.781.095.602	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Posição em 31/03/2012						
Denominação : Unibanco Participações Societárias S.A						
Acionista/Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	8.883.378	54,17%	20.727.876	63,20%	29.611.254	60,19%
BANCO ITAUCARD S.A.	7.506.349	45,77%	12.048.558	36,74%	19.554.907	39,75%
OUTROS	9.104	0,06%	21.227	0,06%	30.331	0,06%
TOTAL	16.398.831	100,00%	32.797.661	100,00%	49.196.492	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Posição em 31/03/2012						
Denominação : ITAU UNIBANCO S/A						
Acionista/Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (*)	2.081.169.523	100,00%	2.014.258.290	100,00%	4.095.427.813	100,00%
TOTAL	2.081.169.523	100,00%	2.014.258.290	100,00%	4.095.427.813	100,00%

(*) Companhia Aberta com ações negociadas em bolsa

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Posição em 31/03/2012						
Denominação : BANCO ITAULEASING S.A.						
Acionista/Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ITAÚ UNIBANCO S.A.	20.466.882	32,71%	15.582.774	32,67%	36.049.656	32,69%
BANCO ITAUCARD S.A.	42.103.795	67,29%	32.110.280	67,33%	74.214.075	67,31%
TOTAL	62.570.677	100,00%	47.693.054	100,00%	110.263.731	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Posição em 31/03/2012						
Denominação : BANCO ITAUCARD S.A.						
Acionista/Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ITAÚ UNIBANCO S.A.	230.652.688.217	96,99%	-	0,00%	230.652.688.217	96,47%
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	3.592.433.657	1,51%	1.277.933.118	100,00%	4.870.366.775	2,04%
OUTROS	3.569.521.291	1,50%	-	0,00%	3.569.521.291	1,49%
TOTAL	237.814.643.165	100,00%	1.277.933.118	100,00%	239.092.576.283	100,00%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Redecard S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Redecard S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de abril de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativos ao 1º trimestre de 2012.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes relativo às informações do 1º trimestre de 2012.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração da posição acionária